

Moraes, M. Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não ver.

Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não ver¹

Research: a verb or a noun? Narratives of seeing and not seeing

Marcia Moraes²

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir os modos de narrar e relatar os resultados dos trabalhos de pesquisa realizados com pessoas com deficiência visual. Enfatiza-se a pesquisa como prática engajada e performativa. No âmbito de tal prática, o narrar é afirmado como uma ação sempre parcial e situada. O relato de pesquisa é considerado à luz da lógica do patchwork e não da grande narrativa. Desse modo, visa-se a proliferar as narrativas feitas a partir do campo de pesquisa problematizando as concepções não marcadas de deficiência e eficiência. Trata-se, portanto, de afirmar as variações de ver e não ver, de subverter as fronteiras entre deficiência e eficiência.

Palavras-chave: pesquisar; deficiência visual; narrar; conhecer.

Abstract

The aim of this paper is to discuss the manners of narrating and reporting the results of researches conducted with people with visual disability. We emphasize that research is an engaged and performative practice. In the realm of this practice, narrating is affirmed as an always partial and situated action. The research report is considered from a patchwork logic perspective and not from the big narrative perspective. We aim to multiply narratives created from the research field putting in doubt unmarked concepts of ability and disability. Therefore, it all comes down to affirming the variations of seeing and not seeing, of subverting the frontiers between disability and ability.

Keywords: research; visual disability; narrating; knowing.

¹ Financiamento de pesquisa: Cnpq, Faperj, UFF/PROEX.

² Professora Associada III, Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, atua na graduação e na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Bolsista de Produtividade 2 / Cnpq. Endereço para correspondência: Campus do Gragoatá - Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, bloco O, sala 214, Gragoatá, Niterói, RJ, Brasil. CEP: 24210-201. Endereço eletrônico: mazamoraes@gmail.com

Introdução: Pesquisar: verbo e substantivo

Pesquisar: verbo ou substantivo? Esta pergunta orienta um dos debates do *II Colóquio Internacional Entre_redes: As ciências da emoção: pesquisar com outros*³. Diante de tal interrogação sinto-me, inicialmente, inclinada a afirmar o verbo. Isso porque o pesquisar, no modo como nele me engajo, é um processo contínuo de estar com outros, de conhecer com eles – e no trabalho que realizo⁴, os outros a que me refiro são pessoas com deficiência visual, algumas cegas, outras com baixa visão. Pessoas que adquiriram a cegueira já adultas, seja por alguma doença que progressivamente lhes tirou a visão, seja por algum tipo de acidente. Mas no mesmo momento em que o pesquisar como verbo ganha força em minha prática de investigação, os substantivos me tomam de assalto: hesitação, solavanco, angústias, as paradas, os impasses, os mal entendidos. E a pergunta insiste, retorna: Pesquisar: verbo ou substantivo? E ela volta, e volta, e volta.

Neste Colóquio, eu – e outras pessoas⁵ – somos como “agentes duplos”: estive no grupo que o organizou. Logo, fui uma das pessoas que formulou esta pergunta: pesquisar: verbo ou substantivo? Acontece que no tempo entre a elaboração do evento e a escrita deste texto, tal pergunta foi se processando em mim e foi se tornando problemática – o tempo, este tempo que não é só cronológico, não é um antes e um depois. É um tempo intensivo, algo que se passa no meio, na travessia, tempo que resgata muitas experiências de pesquisa, muitos encontros com pessoas com deficiência visual, anos de trabalho, e que, quando resgatados, se apresentam como impasses, estado de coisas, paradas. Mas, no ato mesmo de serem resgatados, impõem mudanças, desviam o curso do

pensamento, da prática de pesquisa, refazem assim, o presente. Trata-se, portanto, de sublinhar alguma coisa que se passou no meio da travessia destes anos de pesquisa com pessoas com deficiência visual.

A proposta que lanço com este trabalho é a de refazer a pergunta que lhe serve de título de modo a não mais apresentá-la como uma alternativa e, ao mesmo tempo, indicar a pesquisa como relação inextrincável entre verbo e substantivo. “E” no lugar do “ou” - o que faz toda a diferença porque inclui, como disse, a dimensão de coisa, de parada, que indico como de solavanco. E é este solavanco que força o pensar, que faz o pensamento pensar alguma coisa e que porta uma temporalidade intensiva, cuja lógica é tortuosa, idas, vindas, rememorações, tateios, aproximações. E os verbos, voltar, rever, refazer, resgatar, interferir, pesquisar. O que agita estas linhas é menos partilhar os resultados da pesquisa do que os seus impasses.

Versões de deficiência e eficiência⁶

O pesquisar com pessoas com deficiência visual levou-me ao encontro de alguns textos, muitos deles inspirados pelos trabalhos de Foucault (1988, 1999) sobre o biopoder e que apontavam para o caráter histórico de uma certa concepção de deficiência como falta, como déficit – uma injunção de certas práticas, de saberes e poderes, articulam a deficiência, no mundo ocidental, a um desvio por relação a uma norma corporal. Data do século XVIII, mais especialmente do século XIX, a concepção de cegueira como deficiência, ou antes, como patologia. Isto é, o que autores como Martins (2006a, 2006b) sinalizam é que, se antes dos

3 A escrita deste relato de pesquisa foi motivada pela minha participação, como palestrante e membro da comissão organizadora, no II Colóquio Internacional Entre_Redes : *As ciências da emoção: pesquisar com outros*, evento realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em abril de 2011. O colóquio foi organizado pelo grupo de pesquisa Entre_redes, do qual faço parte, e contou com a participação da filósofa e psicóloga belga Vinciane Despret.

4 Nos últimos anos tenho me dedicado à pesquisa com pessoas com deficiência visual. Para conhecer outros relatos deste trabalho de pesquisa o leitor deve conferir: Moraes e Kastrup, 2010; Moraes, 2008; Moraes e Arendt, 2011.

5 Compuseram comigo a comissão organizadora do *II Colóquio Internacional Entre_redes*: Alexandra Tsallis; Ana Claudia Monteiro; Carlos Marconi; Laura Quadros; Maria Carolina Barbalho; Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo; Ronald Arendt e Vera Schroeder.

6 Ao longo deste texto faço uso da noção de “versão” quando me refiro a “versões de deficiência”. Não se trata, neste caso, de afirmar que são versões de uma mesma substância, ela mesma inalterada. Mas de considerar que cada versão é um ator-rede (Mol, 2007), isto é, um emaranhado de conexões que ligam pessoas a coisas, a objetos, a diagnósticos, a afetos... Uma versão performa um mundo, efetua e faz existir uma certa realidade da deficiência. Sem dúvida, as versões não existem isoladamente, mas muitas vezes co-existem, se atritam, se vinculam no dia a dia das pessoas com deficiência, produzindo efeitos, não raro, díspares e heterogêneos. Segundo Despret (1999), uma versão não “se impõe, ela se constrói. Ela não se define no registro da verdade ou da mentira e da ilusão, mas naquele do devir: devir de um texto incessantemente retrabalhado e revirado, devir de um mundo comum, devir das reviravoltas e das traduções. A versão não desvela o mundo nem o vela, ela o faz existir num modo possível. A versão não é o feito de um homem sozinho, ela é fonte e fruto da relação, ela é trabalho, no seio da relação, ela é negociação que se desvia, se transforma, se traduz (Despret, 1999, p.44).

séculos XVIII e XIX, a cegueira estava articulada a certas concepções místicas, espiritualizadas, o seu desencantamento, a sua laicização – digamos assim – ocorre no seio das práticas de controle e de regulação da vida que marcam o século XVIII e, mais fortemente, o XIX. Neste sentido, a cegueira passa a estar atrelada a uma concepção de doença como desvio, a uma patologia a ser, em última instância, corrigida, superada, reordenada. Já no século XX, vários são os autores que retomam esta concepção de deficiência como falta ou déficit para indicar que esta é uma versão hegemônica da deficiência (Oliver, 1996; Belarmino, 2004; Moser, 2000).

O século XX é sacudido por movimentos sociais das pessoas com deficiência, especialmente a partir dos anos 60, no auge da contracultura, que visam desfazer ou subverter esta versão de deficiência em prol de outra, não patologizante, mas uma concepção de deficiência como efeito, consequência de um cenário social excludente, opressor. Há, parece-me, uma tensão entre duas versões de deficiência: uma que faz da deficiência uma patologia que deve ser apropriada pela biomedicina e por um conjunto de práticas cuja ambição é, acima de tudo, “corretiva”. Outra que ganha força no século XX que pretende desnaturalizar e politizar a deficiência, fazendo da deficiência não uma falta localizada num corpo individual, mas um efeito – alguém é tornado deficiente (*disabled*) por uma sociedade opressora, que descarta e marginaliza corpos que não se enquadram em certos padrões (Oliver, 1996; Martins, 2006a, 2006b).

De modo bastante resumido, podemos dizer que as versões de deficiência que se delineiam nestes últimos séculos oscilam entre, de um lado, a concepção de que a deficiência é uma patologia, um acometimento do corpo individual que o lesa, seja física, mental ou sensorialmente. De outro lado, há a concepção de deficiência como efeito de um cenário social opressor, portanto, uma versão social da deficiência e não mais biológica.

Se retomo tais concepções de deficiência, é para situar a pesquisa que realizo neste campo, mas numa posição bastante singular. O que move minhas pesquisas nesta área é investigar a cegueira longe de qualquer concepção essencialista – nem apenas um acometimento do corpo biológico, nem puramente uma construção social. O desafio que marca as investigações que realizo é justamente o de tomar o cegar como um processo: situado, localizado em certos arranjos práticos que reúnem

elementos, ou atores⁷, muito heterogêneos: o não ver, a bengala, as práticas de reabilitação, as relações familiares, a cidade, a vida cotidiana. Sem dúvida, as inspirações que tomo como referência são aquelas que encontro nos trabalhos de Latour (2008, 2001, 1994), Law (2004), Mol (2008), Despret, Chauvent e Lemaire (1996), entre outros autores. De que modo tais atores se articulam, se conectam para produzir versões do não ver? Esta é uma pergunta que me é cara, é em suma, o que persigo. Dito de outro modo, o que me interessa é seguir, no cotidiano, as táticas de viver sem a visão. Entendo por táticas estas articulações, por vezes precárias, que exigem esforço, e que fazem existir modos singulares de deficiência e eficiência. Assim, se não tomo a cegueira nem como algo puramente fisiológico/biológico, nem como puramente social, do mesmo modo, não considero que deficiência e eficiência sejam dados de antemão, definidos de uma vez por todas em algum lugar (Moraes, 2010). O que me interessa é, pois, seguir as modulações, as variações entre eficiência e deficiência. Tal maneira de investigar não é de modo nenhum isenta, neutra, e sem compromissos: ao longo destes anos de trabalho, fui tomada pela ambição de pesquisar para interferir – interferir onde?

De um lado, interferir na concepção de deficiência como falta, como incapacidade, que por vezes aparece de forma insidiosa em diversas práticas, até naquelas em prol da inclusão (Moraes, 2011). Mas interferir também, de outro lado, naquilo que Mol (2008) chama de normalidade não marcada. Na verdade, parece-me que estas duas coisas se ligam: a concepção de deficiência como falta parece fazer existir também uma normalidade a ser alcançada – uma meta a ser atingida, um padrão corporal a se chegar. Normalidade não marcada: o que é isso?

A normalidade não marcada está atrelada a uma certa concepção de sujeito – um sujeito desencarnado, sem corpo, autônomo, ponto de partida central de todas as suas ações. Isso se faz notar, por exemplo, em muitas práticas de reabilitação que visam produzir sujeitos autônomos, autossuficientes, independentes. A normalidade não marcada⁸, salienta Mol (2008), faz desaparecer as

7 Latour (2001, p.346) utiliza-se do termo ator, ou actante, para indicar que os estudos ator-rede não tomam como ponto de partida as entidades que já compõem o mundo, mas antes, “ênfatizam a natureza complexa e controversa do que seja, para um ator, chegar a existência. O segredo é definir um ator com base naquilo que ele faz”, seja ele humano ou não humano.

8 A concepção de “categoria não marcada” é bastante analisada e criticada por Haraway (2000). Na esteira de sua convocação

conexões, os vínculos que nos fazem fazer coisas, que nos fazem agir. Isso é extremamente problemático, porque medida por este padrão, a pessoa com deficiência aparece sempre como estranha, como faltosa: é ela que precisa da bengala para andar, enquanto eu – o tal do sujeito normal -, aparentemente, sou capaz de agir sem nenhuma determinação, sem nenhum vínculo. A concepção de normalidade não marcada produz a deficiência como falta, como desvio, porque as condições que fazem agir as pessoas com deficiência - as bengalas, os pisos táteis, os sinais sonoros - aparecem sempre, nunca são invisibilizados. Quando uma destas conexões falha, é a pessoa quem fracassa. Logo, no meu trabalho de pesquisa, desde o início, havia esta ambição: interferir na versão da deficiência como falta, interferir na concepção de que há uma normalidade não marcada. Enfim, atuar para fazer proliferar as versões de eficiência e deficiência, para redistribuir de modo mais amplo aquilo que nos faz agir, que nos “faz fazer”⁹ coisas.

A fim de pôr em ação tal interferência no campo da deficiência visual, engajei-me em duas práticas interligadas:

a) a primeira, um dispositivo de pesquisa – uma prática com pessoas com deficiência visual, um trabalho de campo: uma oficina de corpo¹⁰.

b) a segunda, os textos que escrevo a partir da prática da pesquisa, isto é, aquilo que narro a partir da experiência do campo.

Narrar, interferir, conhecer

E é justamente sobre este último ponto que faço incidir as reflexões que permeiam este texto. Narrar é uma tarefa que se impõe aos pesquisadores. O encontro com o campo de pesquisa é, de algum modo, narrado através dos textos que escrevemos, das palestras, dos relatórios de pesquisa. Enquanto pesquisadores, fazemos uso das palavras¹¹ para

política e epistemológica, Haraway clama por um conhecimento situado, localizado: marcado. Para subverter as categorias não marcadas é preciso estar em algum lugar (Haraway, 2000).

9 “Fazer fazer” é uma noção proposta por Latour para indicar o caráter distribuído das fontes da ação. Cf. Latour, 2002a, 2008.

10 A oficina de experimental corporal é um dispositivo de intervenção com pessoas com deficiência visual, realizado numa instituição especializada, situada no Rio de Janeiro. Participam da oficina 35 adultos, alguns cegos, outros com baixa visão. Os encontros ocorrem duas vezes por semana e visam promover a sensibilização do corpo e a consciência corporal. A metodologia de trabalho com o grupo está baseada no PesquisarCom (Moraes, 2010; Despret, Chauvent & Lemaire, 1996). Para conhecer mais sobre este trabalho, sugiro ao leitor cf. Moraes, 2008, 2010.

11 Nessa discussão, considero que o “fazer uso da palavra” diz

produzir textos acadêmicos que circulam, são publicados; usamos a palavra falada nas conferências, nas salas de aula, nos grupos de estudos; a ação de narrar o que se passa no campo não é, pois, de menor monta. Latour (2002b) chama mesmo a atenção para o fato de que o texto é nosso laboratório – nele performamos realidades, reunimos e misturamos certos ingredientes, produzimos mundos.

A ação de narrar não está de modo algum desvinculada do que, como salientei acima, move as pesquisas que realizo: a ambição de interferir. Narrar é interferir, naqueles dois sentidos mencionados acima. Ou como salienta Gagnebin (2006), o pesquisador é aquele que faz também do exercício da palavra um campo de atividade. Mas, se pretendo ser fiel ao que move minha pesquisa – seguir as táticas de viver sem a visão, fazer proliferar os múltiplos modos do não ver, problematizar as grandes narrativas identitárias e essencialistas acerca da cegueira, então é claro que quando falo de narrativas não pretendo lidar com narrativas lineares, contínuas, unívocas. Fiel à multiplicidade de versões de eficiência e deficiência que colhemos no campo, narramos a partir de cacos, fragmentos. Num mundo, como Latour (1994) sublinha, cuja ontologia é de geometria variável, as narrativas são modos de manejar, de lidar com a multiplicidade de versões de deficiência e eficiência articuladas em um cenário – a lógica aqui é a do *patchwork* (Law & Mol, 1995, p.288) na qual nos movemos de um lugar para outro, procurando conexões locais, sem a expectativa de um padrão único ou de uma totalidade. Assim, na aposta metodológica que orienta a pesquisa não busco uma narrativa última, cabal e exemplar acerca da cegueira. O trabalho é o de costurar estas histórias, colocando-as uma ao lado da outra fazendo emergir a diferença pela criação e proliferação de novas relações, o que nos permite escapar da ditadura da versão única.

Haraway (2000) apresenta considerações bastante interessantes sobre a escrita tomando-a como tecnologia necessária para subverter o mundo das categorias não marcadas e dos dualismos

respeito àquilo que Latour (2001) define como “inscrição”: “termo geral referente a todos os tipos de transformação que materializam uma entidade num signo, num documento, num pedaço de papel, num traço (...) as inscrições são sujeitas a superposição e combinação” (Latour, 2001, p. 350). Nos relatos que fazemos das pesquisas, as palavras dos entrevistados, recortadas e colocadas entre aspas, as notas de diários de campo, são inscrições no sentido de que transformam o acontecimento em traço, em registro a ser combinado e recombinado. Talvez fosse necessário levar mais longe essa discussão, mas isso trabalho para outro texto.

essencialistas que caracterizam o pensamento ocidental. Comentando sobre o papel da escrita na literatura feminista e científica, Haraway (2000) afirma que a escrita tem a ver com o poder de sobreviver, não com base numa história única, numa identidade universal ou em qualquer categoria não marcada. Mas antes com base numa tomada de posse pelas mulheres dos mesmos instrumentos para marcar o mundo que as marcou como outras. “Os instrumentos são, com frequência, histórias recontadas, que invertem e deslocam os dualismos hierárquicos de identidades naturalizadas (...) as histórias feministas (...) tem a tarefa de recodificar a comunicação e a inteligência a fim de subverter o comando e o controle” (Haraway, 2000, p. 94-5). A questão da escrita é para a autora de fundamental importância para redesenhar as fronteiras do mundo em que vivemos: fronteiras entre o humano e a máquina, entre o físico e o não físico, entre o humano e o animal. E, completamos, seguindo as pistas abertas por Haraway (2000), as fronteiras entre eficiência e deficiência. Não se trata apenas de uma desconstrução literária, “mas de uma transformação limiar” (Haraway, 2000, p.98) operada através da escrita ciborgue¹².

Assim, não há nenhuma transparência no que é dito sobre o que se passa no campo, seja este dito na forma oral ou escrita. O dito não é um espelho fiel que reproduz exatamente o que está lá fora, no mundo longe de nós. Dizer o que se passou no campo de pesquisa é uma prática performativa que liga, de modo inexorável, política e epistemologia. Assim, conhecer não é senão um modo de engajar-se, de performar realidades também através do que se narra.

Concordo com Gagnebin quando ela afirma que o narrador pesquisador é o sucateiro, trapeiro (Gagnebin, 2006), que recolhe e costura os cacos, os fragmentos, aquilo que escapa às grandes narrativas. Esta é, sem dúvida, uma ação que se faz no âmbito do que Mol (2007) chama de política ontológica: se não há uma versão única de eficiência e deficiência, se em suma, a realidade é performada em certas práticas – aí incluídas as práticas de pesquisa - cabe perguntar: em que mundo queremos viver? Que realidades serão performadas a partir de nossas práticas e dispositivos de pesquisa? Juntar estes termos – política e ontologia – significa dizer que a realidade

é efeito, é performada. O pesquisador é um ator neste cenário – suas práticas produzem realidades. Cabe ao pesquisador, de algum modo, puxar certos fios do campo, trazê-los à cena, torná-los visíveis, enquanto outros serão deixados de fora, ficarão ausentes daquilo que se narra. E é aí, neste jogo do que se mostra e do que se deixa de fora que uma realidade é performada. E é aí também que política e ontologia se articulam.

Durante os últimos anos, experimentei narrar estes fragmentos, apostando na multiplicidade dos modos de existir sem a visão, apostando em última instância, nas potências do não ver, mais do que nas deficiências. Apostando, em suma, que uma das maneiras de interferir naquela concepção de normalidade não marcada – que, como disse, está atrelada à versão da deficiência como déficit – era justamente fazer proliferar outras versões, outras formas de ver e não ver. Era aí que estava – e está – a aposta do meu trabalho (Moraes, 2008; Moraes, 2010; Moraes & Arendt, 2011). Mas, no curso deste tempo, na travessia, me dei conta de que havia certos acontecimentos do campo que estavam sempre ausentes daquilo que era narrado pelo meu grupo de pesquisa. Algo no campo insistia, voltava, retornava, aparecia de novo, sem que nós, pesquisadores jamais nos detivéssemos nisso que insistia. Do que se trata?

Cena 1¹³: Alice

Alice é uma mulher entre 40 e 50 anos, ficou cega há pouco tempo, em consequência de uma doença progressiva que lhe tirou a visão. Alice chega à Oficina de Corpo falando muito, é agitada. O marido bate nela e diz que depois que ficou cega, ela não serve mais para nada. Mas ela diz que se vira: arruma a casa, faz a comida, vai até a casa da filha que mora em outro bairro, treina usar a bengala com o cabo de vassoura. Resolveu buscar uma instituição especializada para aprender mais coisas. Ela serve, sim, diz ela, para muitas coisas. Nas Oficinas de Corpo diz que gosta de pesquisar o corpo e que pesquisa em casa também, experimenta, testa, não se intimida. Diz que um dia o marido vai voltar a gostar dela. Durante alguns meses, acompanhamos as conquistas de Alice, a rua, a autoestima, o amor do marido que, segundo ela nos contou, voltou a desejá-la. Mas um dia,

13 Os nomes utilizados nos relatos de campo são fictícios. Os relatos foram registrados através de notas tomadas em diário de campo, feitas durante as Oficinas de Corpo, e de entrevistas. A pesquisa realizada segue as normas de ética em pesquisa com seres humanos, tendo sido aprovada pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos.

12 Haraway (2000) utiliza esta expressão para indicar que a escrita é um espaço de luta importante para interferir nas categorias não marcadas. A escrita ciborgue é local, situada, marcada.

numa Oficina de Corpo onde foi pedido a todos que fechassem os olhos. Foi quando Alice disse:

- Faz diferença sim fechar o olho. Porque eu vejo um clarão, faço tudo no clarão. Vivo o tempo todo no clarão, tudo igual, claro, aceso. Minha cegueira é um clarão mas eu sei quando a noite chega, porque à noite o clarão é diferente. Então, fechar o olho, faz diferença sim, fica tudo diferente.

E prosseguiu:

- Mas não gosto de fechar o olho não! É ruim. Eu sinto uma coisa aqui, uma coisa aqui – um sofrimento (diz, apontando para a garganta). É aqui que dói, é aqui que dói. É mentira, é mentira a pessoa que perde a visão não falar da tristeza. Eu sonho sempre que estou enxergando e é bom, mas quando eu acordo é um horror: o clarão, o clarão! Dá uma depressão danada.

Cena 2: Juliano¹⁴

Juliano, entre 20 e 25 anos, chega à Oficina de Corpo. Aos 10 anos de idade, sua visão começou a declinar, até que recentemente ficou totalmente cego. Ele andava sempre com a mãe e ela nos disse: “a cegueira do Juliano foi uma tragédia. Enquanto ele via, eu aceitava, mas depois da cegueira, foi o fim, foi inaceitável”. Juliano e a mãe tinham muita vergonha de frequentar a Instituição especializada - “era tornar visível para todo mundo a cegueira dele”. A irmã de Juliano, mais velha, também era cega. E eles viviam em casa, quase não tinham laços sociais, fora da família. Juliano decidiu procurar uma instituição especializada, ainda que com muita vergonha. Um dia, numa das Oficinas de Corpo, Juliano começa a gritar:

- Eu não estou ouvindo, eu não estou ouvindo. Ai que angústia, não estou ouvindo, não ouço nada!!!! Eu não vejo, e agora não ouço!!!

O grupo todo fica atônito, aquela angústia toma todo o espaço. A pesquisadora se aproxima de Juliano, toca no seu braço e diz no seu ouvido, bem pertinho:

- Eu estou aqui, estou perto de você, não vou te deixar sozinho.

Juliano vai se acalmando, o grupo também. Ele perdia a audição.

Outras cenas: considerações finais

No meio da travessia, o solavanco – o substantivo, algo que parece produzir uma sensação de parada no processo da pesquisa. Nas cenas acima, o que insistia eram as perdas. Foram muitos os encontros nos quais estas falas apareciam, insistiam, voltavam, vinham de novo, retornavam. Sem dúvida, elas vinham acompanhadas de muitas outras que falavam da reinvenção da vida após a cegueira. “Só porque o olho é perto do cérebro, as pessoas acham que os cegos têm problemas na cabeça. Quando a gente fica cego, a gente apura a pele toda”, comentou um jovem cego congênito, durante um dos encontros de pesquisa. Ou ainda, num outro encontro, um menino que tinha em torno de 15 anos e que havia ficado cego há pouco mais e dois anos, comentou: “Cegos jogam queimado como qualquer pessoa! Alguém joga queimado sem gritar? Além do guizo na bola, há os gritos das pessoas, o vento que se sente quando alguém passa correndo perto da gente, as vibrações do chão, há muitas coisas acontecendo no jogo de queimado e o cego aprende a perceber estas outras coisas...”. Tais falas apontam para as reinvenções da vida, para os arranjos singulares que são postos em ação no cotidiano daqueles que perdem a visão. Elas operam uma complexificação nas fronteiras entre eficiência e deficiência e apontam para as conexões – as marcas – que fazem as pessoas fazerem coisas, agirem no cotidiano.

Mas por que neste texto trago fragmentos do campo que apontam para a perda? Num primeiro momento, retomar tais falas parecia colocar em xeque a aposta fundamental da pesquisa: interferir na concepção de deficiência como falta, subverter o seu correlato, a concepção de que há uma normalidade não marcada. Mas a perda, de algum modo, retorna no campo. O que fazer com isso que retorna, insiste, volta?

No percurso da pesquisa, fui me dando conta de que o grande desafio que o campo nos coloca é o de sermos fiéis aos acontecimentos. Mas o que quer dizer sermos fiéis ao campo? Por certo que esta “fidelidade” não diz respeito a uma relação de espelho entre o que narramos e o acontecido. As narrativas que fazemos nos nossos relatos de pesquisa são como mosaicos que compomos e não decalques. Logo, a fidelidade a que me refiro diz respeito à política ontológica, isto é, à realidade que performamos com os nossos textos. As concepções mais clássicas de método de pesquisa, muitas vezes, parecem apagar esta dimensão performativa do método, o que produz um efeito de que a realidade

¹⁴ O material relatado foi publicado em versão ampliada em Moraes, Lima e Manso, 2011.

é como é, está dada. No modo como venho discutindo o que é pesquisar, não há como separar o método - e epistemologia - da política.

Nos encontros de pesquisa, nós, pesquisadores, somos também interpelados por aqueles que pesquisamos. Há, nesta interpelação, alguma coisa como uma exigência e talvez a fidelidade a que me referia acima diga respeito a uma dupla exigência: de um lado, feita pelas interpelações que recebemos do outro que interrogamos e, de outro lado, pelas nossas apostas políticas e epistemológicas.

Sim, o outro que interpelamos, nos interpela de volta, cobra que testemunhemos também uma dor, quase indizível, que é perder a visão e, para Juliano, também a audição. O outro exige que sejamos dignos do trabalho que fazemos juntos, COM eles e não SOBRE eles (Moraes, 2010). Eis aí o que me pareceu ser uma exigência que importava (no sentido da expressão em inglês: *matter of concern*).

É mais uma vez Gagnebin (2006) que nos ajuda a pensar no que fazemos com os acontecimentos do campo. Ela retoma Primo Levi (1988), um químico italiano, capturado pelos nazistas no período da II Guerra Mundial e levado ao campo de extermínio, onde permaneceu um longo tempo e sobreviveu. O italiano escreveu relatos impressionantes sobre a experiência passada sob o domínio dos nazistas. A autora menciona o sonho de Primo Levi (1988) no qual ele está contando os horrores vividos no campo de extermínio e o público se retira, se recusa a ouvir, vai embora. Nas palavras da autora:

No sonho de Primo Levi (...) para desespero do sonhador, [os ouvintes] vão embora, não querem saber, não querem permitir que essa história, ofegante e sempre ameaçada por sua própria impossibilidade, os alcance, ameace também sua linguagem ainda tranquila; mas somente assim poderia essa história ser retomada e transmitida em palavras diferentes. Nesse sentido, uma ampliação do conceito de testemunha se torna necessária; testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos (...) a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2006, p. 57).

Não ir embora. Levar adiante a palavra do outro, como num revezamento. Narrar e

testemunhar se conectam. Pesquisar é verbo. No percurso, na travessia destes anos de pesquisa, fui me dando conta que este “não ir embora” é necessário. Fui me dando conta de que nas narrativas de campo, de algum modo, estas palavras do outro, precisavam aparecer, conectar-se com as muitas outras versões de deficiência que apostam nas reinvenções da vida. Porque suprimir estas palavras das narrativas de pesquisa, acaba por gerar uma versão romantizada de cegueira – versão desencarnada e que não é de ninguém – ignorar esta dimensão, deixá-la na obscuridade é, me parece, quase um insulto. É deixar de fora o fato de que a reinvenção da vida se faz nos laços, nos vínculos que cada um constrói articulando outras pessoas, bengalas, ventos, braille, gritos, vibrações do chão, pele, bolas, guizos, conquistas e perdas. Pôr em xeque as versões essencialistas de deficiência é uma aposta político metodológica do trabalho que realizo. Mas se ambição é interferir nas concepções de normalidade não marcada, desfazer as versões de deficiência como falta, como déficit, o pesquisador narrador sucateiro não pode deixar de pegar estas palavras, levá-las adiante e também com elas refazer o presente, e também com elas pôr em xeque as versões totalizantes e desencarnadas da deficiência, quaisquer que sejam elas. É apenas aceitando e enfrentando este desafio que posso efetivamente afirmar que, neste caso, o conhecimento é situado: um conhecimento que parte de algum lugar e fala de (COM) alguém.

Referências

- Belarmino, J. (2004). *Aspectos comunicativos da percepção tátil: a escrita em relevo como mecanismo semiótico da cultura*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Despret, V. (1999). *Ces émotions que nous fabriquent*. Paris: Lês Empecheurs de Penser en Rond.
- Despret, V., Chauvent, A. & Lemaire, J-M. (1996). *Clinique de la reconstruction. Une expérience avec les réfugiés en ex-Yougoslavie*. Paris: L'Harmattan.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Moraes, M. Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não ver.

- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: A Vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34.
- Haraway, D. (2000). Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: D. Haraway, H. Kunzru & T.T. Silva (Orgs.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Latour, B. (2008). *Reassembling the social. Una introducción a la teoría del actor-rede*. Buenos Aires: Manantial.
- Latour, B. (2002a). *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. São Paulo/Bauru: EDUSC.
- Latour, B.(2002b). *A dialog on ANT*. Recuperado em 10 março, 2005, de <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/90-ANT-DIALOG-LSE-GB.pdf>
- Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Edusc.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Law, J. (2004). *After method. Mess in social science research*. London: Routledge.
- Law, J. & Mol, A. (1995). Notes on materiality and sociality. *The Sociological Review*, 43(2), 274-294.
- Levi, P. (1988). *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco.
- Martins, B. S. (2006a). *E se eu fosse cego? Narrativas silenciadas da deficiência*. Portugal: Afrontamento.
- Martins, B. S. (2006b). *A Cegueira como Transgressão: corpos marcados aos corpos que marcam*. Recuperado em 15 julho, 2009, de <http://www.apantropologia.net/publicacoes/acta-scongresso2006/cap7/MartinsBruno.pdf>
- Mol, A. (2008). *The logic of care. Health and the problem of patient choice*. London: Routledge.
- Mol, A. (2007). Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In: J. A. Nunes & R. Roque (Orgs.). *Objetos impuros – Experiências em Estudos Sociais da Ciência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Moraes, M. (2011). Modos de Ordenar Eficiência e Deficiência Visual: Breve Leitura de um Documento. *Revista Pesquisa e Práticas Psicossociais*, 6(1), 53-61.
- Moraes, M. (2010). Pesquisar COM: Política ontológica e deficiência visual. In: M. Moraes & V. Kastrup (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora / Faperj.
- Moraes, M. (2008). A contribuição da antropologia simétrica à pesquisa intervenção em psicologia social: uma oficina de expressão corporal com jovens deficientes visuais. *Psicologia e Sociedade*, 20(esp.), 41-49.
- Moraes, M. & Arendt, R. (2011). Aqui eu sou cego, lá eu sou vidente: modos de ordenar eficiência e deficiência visual. *Caderno CRH (UFBA. Impreso)*, 24 (61), 109-120.
- Moraes, M. & Kastrup, V. (Orgs.). (2010). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora / Faperj.
- Moraes, M.; Lima, L. F. F. & Manso, C. C. (2011). Variações sobre ver e não ver: dois relatos de casos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(1), 101-110.
- Moser, I. (2000). Against normalization: subverting norms of ability and disability. *Science as Culture*, 9 (2), 201-240.
- Oliver, M. (1996). *Understanding disability. From theory to practice*. London: Palgrave.

Recebido: 02/08/2011
 Revisado: 20/09/2011
 Aceito: 04/10/2011